EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE: autorizar ALICE VIANA SOARES MONTEIRO, Secretária de Estado de Administração, a se ausentar de suas funções, no período de 23 de julho a 21 de agosto de 2018, em gozo de férias regulamentares, referente ao exercício 2017/2018, devendo responder pelo expediente do Órgão, no impedimento da titular, RUTH DE FÁTIMA AMBRÓSIO LIMA PINA, Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas.

PALÁCIO DO GOVERNO, 20 DE JULHO DE 2018.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE: autorizar o 1º TEN QOSPM RG 39727 JEAN CARLO AGOSTINI a viajar para a Itália e França, no período de 7 a 26 de julho de 2018, em gozo de férias regulamentares.

PALÁCIO DO GOVERNO, 20 DE JULHO DE 2018.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE: autorizar a 1º TEN QOSPM RG 39713 CLYVIA REJANE ROCHA FIMA a viajar para os Estados Unidos da América - EUA, no período de 1º a 13 de agosto de 2018, em gozo de férias regulamentares.

PALÁCIO DO GOVERNO, 20 DE JULHO DE 2018.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE: conceder a CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO, Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado, a contar de 26 de julho a 10 de agosto de 2018, os 16 (dezesseis) dias restantes das férias interrompidas mediante Decreto datado de 9 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 33.435, de 10 de agosto de 2017.

PALÁCIO DO GOVERNO, 20 DE JULHO DE 2018.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto no art. 4º, § 1º, inciso II, alínea "c", da Lei Estadual nº. 7.584, de 28 de dezembro de 2011;

Considerando as indicações contidas no Ofício nº. 081/2018-CONSEP, de 27 de junho de 2018, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, e no Ofício nº. 14/2018 – SAG/MRE, de 28 de maio de 2018, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA/Emaús;

Considerando as informações constantes do Processo nº. 2018/284194;

Considerando os termos do Despacho Analítico nº. 0547/2018 da Procuradoria-Geral do Estado,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, do Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP, o representante abaixo relacionado:

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDECA/Emaús

Suplente: BRUNO SECHI

Art. 2º Nomear, para integrar o Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP, biênio 2017/2018, o representante a seguir nominado:

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CEDECA/Emaús

Suplente: TIAGO LOPES PEREIRA

Art. 3º O membro ora nomeado completará o mandato referente ao Biênio 2017/2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 20 DE JULHO DE 2018.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando a necessidade de cumprimento da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº. 0005300-83.2017.8.14.0000, tendo como impetrante GILDA REIS SOARES para nomeação no cargo de Professor Classe I, Nível

A – Modalidade: Ensino Religioso, com lotação na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC;

Considerando os termos do Ofício nº. 232/2018 – PGE-GAB-PCTA, datado de 17 de janeiro de 2018, da Procuradoria-Geral do Estado, constante do Processo nº. 2018/39170;

Considerando a Manifestação nº. 60/2018, da Procuradoria-Geral do Estado,

R E S O L V E:
Art. 1º Nomear, de acordo com o art. 34, § 1º, da Constituição Estadual, c/c o art. 6º, inciso I, da Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, a candidata constante deste Decreto para exercer, em virtude de aprovação em concurso público, o cargo a seguir discriminado, com lotação na Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

CARGO: PROFESSOR CLASSE I, NÍVEL A

DISCIPLINA: ENSINO RELIGIOSO.

11ª URE: SANTA IZABEL DO PARÁ

MUNICÍPIO: SÃO CAETANO DE ODVELAS

GILDA REIS SOARES

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 20 DE JULHO DE 2018.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

Dispõe sobre o enquadramento da servidora VERA LÚCIA RAMOS COUTO, ocupante do cargo efetivo de Professor AD-4, na forma da Lei Estadual nº. 7.442, de 2 de julho de 2010, alterada pela Lei Estadual nº. 7.643, de 12 de julho de 2012, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 189, de 9 de setembro de 2011.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto na Lei Estadual nº. 7.442, de 2 de julho de 2010, alterada pela Lei Estadual nº. 7.643, de 12 de julho de 2012, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais de Educação Básica;

Considerando as disposições constantes no Decreto Estadual nº. 189, de 9 de setembro de 2011, que regulamenta o enquadramento dos Profissionais de Educação Básica, ocupantes de cargo efetivo de Professor da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, nos termos definidos no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais de Educação Básica da rede pública de ensino do Estado do Pará, instituído pela Lei Estadual nº. 7.442, de 2 de julho de 2010;

Considerando que o art. 40 da Lei Estadual nº. 7.442, de 2010, assegura o enquadramento no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional de Educação Básica ocupante de cargo efetivo, que estiver cedido, somente após o retorno às funções junto à Secretaria de Estado de Educação;

Considerando as informações constantes no Processo nº. 2016/17961;

Considerando o Parecer nº. 237/2018 da Procuradoria-Geral do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica enquadrada a Profissional de Educação Básica VERA LÚCIA RAMOS COUTO, ocupante de cargo efetivo de Professor AD-4, matrícula nº. 3193950/2, no cargo de Professor Classe III, Nível "I", do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais de Educação Básica da rede pública de ensino do Estado do Pará, instituído pela Lei Estadual nº. 7.442, de 2 de julho de 2010 e, alterações posteriores.

Parágrafo único. Para efeito de enquadramento de que trata este Decreto foi considerado o tempo de efetivo exercício no cargo até então ocupado e a titulação que a servidora possui.

Art. 2º O enquadramento de que trata este Decreto produzirá seus efeitos a partir de 2 de março de 2015, data do primeiro dia útil do retorno da interessada à Secretaria de Estado de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 2 de março de 2015.

PALÁCIO DO GOVERNO, 20 DE JULHO DE 2018.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e XX, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto no art. 140, inciso I e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 6.833/2006, c/c o art. 106, inciso V, da Lei Estadual nº. 5.251/85;

Considerando o trânsito em julgado dos Acórdãos nºs 131.414 e 133.639, ambos proferidos pelas Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos autos do Processo nº. 0000880-74.2013.8.14.0000, que trata de Conselho de Justificação instaurado para apurar as infrações cometidas pelo CAP QOPM R/R ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA MOURA, os quais reconheceram que restaram configuradas as infrações disciplinares de natureza "grave" e julgaram procedente o Conselho de Justificação, aplicando ao justificante a pena de reforma disciplinar.

Considerando o Parecer nº. 137/2018 da Procuradoria-Geral do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a reforma disciplinar, "ex officio", do CAP QOPM R/R ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA MOURA, com sua consequente passagem da atividade para a inatividade, tendo em vista a falta de condições para o desempenho das suas funções

no serviço ativo, em cumprimento aos Acórdãos nºs 131.414 e 133.639 proferidos pelas Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA, e com fundamento no art. 140, inciso I, e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 6.833/2006, c/c o art. 106, inciso V, da Lei Estadual nº. 5.251/85.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de maio de 2014.

PALÁCIO DO GOVERNO, 20 DE JULHO DE 2018.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO Nº 2146, DE 20 DE JULHO DE 2018

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 7.147.742,20 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso V da Lei Orçamentária nº 8.587 de 28 de dezembro de 2017;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 7.147.742,20 (Sete Milhões, Cento e Quarenta e Sete Mil, Setecentos e Quarenta e Dois Reais e Vinte Centavo), para atender à programação abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
071010412114248257 - SEDOP	0306	449051	384.200,86
071010445114247552 - SEDOP	0301	449051	651.128,93
071011548214207541 - SEDOP	0301	449051	444.921,10
071011751214287480 - SEDOP	0301	449093	3.250.000,00
071011751214287567 - SEDOP	0301	449051	21.908,33
071011751214287568 - SEDOP	0301	449051	118.886,00
071011751214287569 - SEDOP	0301	449051	350.180,00
141012060814468447 - SEDAP	0335	332041	600.000,00
281010412212978338 - NGPR	0301	449052	1.224.710,00
381010103214428403 - MPCM	0312	339008	50.000,00
792011854114378365 - IDEFLOR-Bio	0316	339093	151.806,98
		TOTAL	7.147.742,20

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 20 de julho de 2018.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES

Secretário de Estado de Planejamento

DECRETO Nº 2145, DE 20 DE JULHO DE 2018

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 26.930.210,89 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso II da Lei Orçamentária nº 8.587 de 28 de dezembro de 2017;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 26.930.210,89 (Vinte e Seis Milhões, Novecentos e Trinta Mil, Duzentos e Dez Reais e Oitenta e Nove Centavos), para atender à programação abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
071011545114157536 - SEDOP	0101	449051	26.930.210,89
		TOTAL	26.930.210,89

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
171022884500009003 - Enc. SEFA	0101	334081	9.930.210,89
341010412114248257 - FDE	0101	444042	17.000.000,00
		TOTAL	26.930.210,89

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 20 de julho de 2018.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES

Secretário de Estado de Planejamento

Protocolo: 340842